

“E recebendo dela ingratidões, apaixonou-se a ponto de assassinar”: relações de gênero, escravidão e liberdade nas últimas décadas do século XIX em Pelotas-RS

“And receiving his ingrattions, he fallen in love with the murder”: gender relations, slavery and freedom in the last decades of the 19th century in Pelotas-RS

Natália Garcia Pinto*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo investigar relações de gênero, escravidão e liberdade na região de Pelotas, na segunda metade do século XIX. Os principais corpos documentais do trabalho são processos criminais, testamentos e alforrias. Ao realizar a leitura das fontes coligidas, tem-se o intuito de compreender como foram gestadas as dinâmicas afetivas e as vivências dessas personagens, especialmente das mulheres negras em seus envoltimentos afetivos com seus companheiros de vida e de infortúnio. Além disso, o trabalho visa refletir sobre o protagonismo dessas mulheres, suas ações de escolha e não as abordando apenas como vítimas da violência das relações escravistas e de seus parceiros.

Palavras-chave: Gênero. Escravidão. Liberdade. Século XIX.

Abstract: This work aims to investigate

gender relations, slavery and freedom in the region of Pelotas in the second half of the 19th century. The main documentary bodies of the work are criminal cases, wills and manumission. When reading the collected sources, the intention is to understand how the affective dynamics and the experiences of these characters were created, especially black women in their affective involvement with their life and misfortune companions. In addition, the work aims to reflect on the role of these women, their actions of choice and not addressing them only as victims of the violence of slavery and their partners.

Keywords: Gender. Slavery. Freedom. 19th Century.

* Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em História Social da Escravidão e da Liberdade. *E-mail:* nataliagarcia.pinto@gmail.com

Introdução

Refletir sobre a temática das relações de gênero, escravidão e liberdade na história do Brasil, implica, sobretudo, considerar as experiências de mulheres negras no mundo do trabalho e não apenas como vítimas de violência sexual ou de trabalhos em excesso no mundo do cativo. É pertinente pontuar que mulheres negras, fossem elas escravizadas, libertas, livres, fossem crioulas ou africanas, atuaram como protagonistas de seus projetos de trabalho, liberdade (COWLING, 2018) e emancipação da escravidão em território brasileiro. Muito comum ainda, no campo da historiografia social da escravidão e do pós-abolição, nos referirmos aos escravizados de maneira geral, isto é, “como se estes fossem isentos de gênero e sexo, e pudessem ser inseridos numa única categoria” (MACHADO, 2012, s/p)

Condições de vida, trabalho, saúde, relações sociais e comunitárias são, frequentemente, descritas como características das vivências do escravizado, sem que, em nenhum momento, se mencionem as diferenças entre homens e mulheres (TELLES, 2018). A partir disso, o artigo tem por objetivo construir narrativas históricas que valorizam personagens e tramas próprias da sociedade escravista de Pelotas. O conjunto documental, para escrever essas histórias de mulheres escravizadas e libertas, são processos criminais, cartas de alforria e testamentos.

O cenário da história dessas personagens será o Município de Pelotas, localizado na parte meridional do Sul do País, o qual abrigou um dos maiores contingentes de população escravizada na então Província do Rio Grande do Sul. O surgimento da cidade se deu junto com o nascimento das charqueadas, unidades produtivas dedicadas à produção de carne salgada. Todavia, o universo produtivo de nosso lócus é plural, não contemplando apenas charqueadas (onde estavam os maiores plantéis escravos), tendo também unidades produtivas ligadas a pequenas roças e produção de gêneros de lavoura e pecuária, além de um não pouco consistente setor urbanizado, visto que, na década de 1850, começam a surgir, na cidade, os primeiros jornais, tipografias e variadas fábricas como: curtumes, cervejarias, de chapéus, velas, sabão, etc. (MÜLLER, 2010, p. 18).

A localidade é conhecida como uma das mais promissoras exportadoras de charque para as demais regiões brasileiras do Império. A produção

de charque trouxe à cidade prosperidade econômica. E, segundo a análise de Jonas Vargas (2013), era um dos grandes complexos de carne salgada no Império brasileiro. Além disso, Vargas pontua que a inserção de Pelotas no mundo Atlântico deveu-se a alguns importantes fatores: o tráfico Atlântico de escravos que abastecia as senzalas e fábricas saladeris dos charqueadores, o charque que era produzido pelos escravos e fonte de consumo para os mesmos, além disso, a carne salgada servia de abastecimento de navios negreiros que necessitavam da carne salgada para manter a tripulação de escravos nutrida no cruzamento do oceano Atlântico até os portos de desembarque (VARGAS, 2013, p. 18-20). O município era um dos centros escravistas mais importantes da província sul-rio-grandense, sendo o tamanho de suas escravarias comparado ao do sudeste brasileiro.

No que tange à demografia da liberdade, foi possível constatar “uma presença significativa de alforrias compradas e condicionais, tendo uma predominância de mulheres e escravos crioulos na obtenção da liberdade” (PINTO, 2018, p. 223), além disso, em relação à “presença de africanos, observou-se uma presença expressiva dos homens em todas as modalidades de alforria alcançadas por tais sujeitos. Fato esse que aponta a uma singularidade do processo de manumissão se comparado com outras regiões brasileiras” (PINTO, 2018, p. 223).

Como dissemos, para a construção deste artigo, utilizamos cartas de alforria, testamentos e processos-crime. Em relação à primeira fonte, ela tratava de um momento ímpar na vida do sujeito, ou seja, o documento relata o nome do alforriado, a origem, a idade, a profissão, o nome do proprietário, a filiação, e o estado civil. Somado a essas informações encontra-se, também na fonte, a forma como o escravizado obteve a carta de alforria, ou seja, se ele pagou determinada quantia, prestou alguma condição ao seu senhor ou parente do mesmo, se adquiriu a liberdade gratuitamente sem nenhuma imposição do proprietário, se, porventura, um terceiro (familiar ou não) comprou a liberdade do alforriado. Raras vezes foi detectado, na fonte, como o escravo foi adquirido pelo proprietário, se por compra, herança de algum espólio familiar, se por doação ou dote em casamento.

É relevante mencionarmos, ainda, os testamentos que são vestígios documentares ímpares para captar experiências individuais e coletivas de grupos subalternos, dos africanos emancipados. Por intermédio dessa documentação,

pode-se conhecer a vida material dos libertos, com quem teciam relações de parentesco, amizade, negócios e suas experiências sociais. Complementa-se a pesquisa da trajetória desses indivíduos com a análise de alguns processos-crime na ânsia de perseguir os rastros dessas personagens e mapear as afetividades, com quem se relacionavam, onde moravam, quais eram as ligações familiares construídas na diáspora (HEYWOOD, 2013) e na vida pós-liberdade ainda experimentados em uma sociedade marcada pelo cativeiro.

O propósito desse recurso é analisar lógicas mais gerais, os detalhes da luta empreendida pela liberdade e como construíram suas redes de sociabilidade, suas relações de parentesco, sua vida material no mundo dos livres. A diminuição na escala de análise, o estudo da especificidade do indivíduo ante uma coletividade, e o uso intensivo de fontes documentais foram pressupostos elencados para a elaboração deste artigo. Seguimos também a perspectiva do método biográfico, que permite apreender o cotidiano dos sujeitos investigados nos planos econômico, político, cultural e social vivido pelos personagens em seus respectivos contextos históricos (GINZBURG, 2007).

O grande problema da escolha de trabalhar com o método biográfico é a questão das lacunas que encontramos na trajetória dos biografados, ainda mais em se tratando de sujeitos subalternizados, como no caso dos africanos libertos. A tentativa de elucidar esse problema, segundo João José Reis (2008), é perseguir vestígios de outros personagens semelhantes ao biografado, no afã de tentar compreender as circunstâncias e experiências que vivenciaram, aliando isso a uma bibliografia pertinente, para ajudar a criar os contextos da época pelos quais passaram essas pessoas. Nessa perspectiva, a primeira parte do artigo visa discutir algumas trajetórias femininas de libertas e seus respectivos projetos de liberdade, dialogando com uma discussão historiográfica sobre o tema e, por último, abordaremos os conflitos afetivos, quando essas mulheres libertas rompiam com o segundo cativeiro que seus parceiros de vida tentavam impor sobre seu corpo e seus anseios.

Trajetos femininos de liberdade

A historiografia social da escravidão, na virada da década de 1980, tentou recuperar as experiências de homens e mulheres escravizados através

de uma revolução documental (inventários *post-mortem*, registros paroquiais, testamentos, matrículas de escravizados, censos, processos cíveis e criminais, lista de habitantes, registros de irmandades, registros de compra e venda de escravizados, e tantos outros), tentando recuperar vivências antes silenciadas na história social brasileira (CHALHOUB, 1990; MOREIRA, 2003). A preocupação inicial destes estudos estava ancorada em apontar a participação histórica dos escravizados, no entanto, pautavam a mesma experiência para homens e mulheres, não pontuando as singularidades da escravidão e da liberdade no que tange ao gênero, especificamente quando pensamos nas mulheres.

O conceito de gênero pensado para a construção do artigo é aquele cunhado pela historiadora Scott (1990) que visa a uma abordagem que rompe com a determinação biológica para entender as desigualdades postas entre homens e mulheres e tampouco abordar um conceito de gênero que abarque a visão eurocêntrica a respeito das mulheres negras. O caminho a ser pensando e discutido neste artigo visa explorar as experiências divergentes entre homens e mulheres na vivência do cativo e da liberdade, pontuando essas mulheres libertas como agentes na conquista da carta de liberdade para si ou para algum familiar (ARIZA, 2017; FARIAS, 2015) e não apenas como meros veículos sedutores de seus senhores brancos para conseguirem a tão sonhada liberdade. Passemos, então, a narrar as histórias que darão vida a este artigo.

Era o ano de 1864. Na cidade de Pelotas, Joaquina Oliveira de Castro sentia-se angustiada, pois pressentia que algo não ia bem, por isso resolveu chamar o tabelião até sua casa para fazer seu testamento e, quiçá, acalmar seu coração preocupado. Joaquina foi o nome cristão que recebeu essa liberta africana chegada pela mão do infame comércio de almas em território americano. Não foi possível constatar se essa africana de nação *Tapa* apenas teve a experiência de escravidão na cidade de Pelotas ou se em outra província do Império. Não encontramos o registro de batismo dela. Todavia, tive a felicidade de encontrar as páginas de seu testamento feito no mesmo ano. E ela tinha razão de se preocupar, visto que a morte se aproximava e tinha três filhas pequenas que ficariam sem a presença e o amparo da mãe.

Feito o testamento, ela pôde expor suas últimas vontades. Segundo a africana, suas filhas ainda continuavam em “estado de cativas”, duas em

posse de seu ex-senhor, Antônio José de Oliveira de Castro, e uma em posse de Domingos Soares Paiva. A africana conseguiu a liberdade pagando por sua alforria no ano de 1850, desembolsando a quantia de 500 mil-réis para Antônio José de Oliveira Castro. Mencionou em seu testamento que ainda vivia no estado de solteira. Não sabemos se tinha um companheiro de vida e outras relações de afetividade e parentesco. A africana possuía uma casa que deveria ser vendida, e sendo o produto dessa transição usado para pagar pela liberdade das filhas. É provável que Joaquina tenha projetado sua liberdade com a ânsia de resgatar suas crias da escravidão, mas, infelizmente, desde a conquista da alforria até a confecção do testamento, foram árduos 14 anos vivendo distanciada de suas filhas ao que parece.

Os fragmentos narrativos contidos nesses esparsos documentos que cotejei sobre a experiência da africana Joaquina de Oliveira Castro exemplificam vários dos temas que serão tratados nesta investigação. Vestígios documentais diversos e entrecruzados permitem-nos analisar trajetórias de escravidão e liberdade experimentadas pelas vivências de uma mulher que passou pela experiência da escravização, da diáspora transatlântica, da organização de uma vida em senzala, da afetividade, da maternidade, da obtenção de alforria e da dura vida como forra. Não foram experiências isoladas, mas coletivas; não foram experiências únicas ou raras, mas múltiplas e conectadas.

Que importância, porém, a sociedade oitocentista, patriarcal e racia- lizada (ALBUQUERQUE, 2009) auferia a mulheres como Joaquina e tantas outras em seus projetos de liberdade? Como deveria ser vista a africana Joaquina que preferiu/escolheu/negociou sua liberdade antes de libertar suas três meninas? Joaquina conseguiu libertar seu ventre, porém o mesmo não deu mais frutos. Não sabemos sobre a política senhorial do proprietário de Joaquina enquanto ela esteve grávida em suas três gestações. É notório o conhecimento da política senhorial dele a respeito da prática de alforria, visto que Joaquina teve que negociar com o mesmo para obter sua carta de liberdade em período em que a alforria era uma prática costumeira (CUNHA, 1986). A conquista da liberdade e se manter como liberto em uma sociedade escravista não era nada fácil para homens e mulheres que vivenciaram a experiência da escravidão (CHALHOU, 2012). A liberdade era precária e instável (LIMA, 2005). A liberdade não era um projeto individual, mas coletivo, já que

embora fossem distintos os caminhos percorridos para a conquista da liberdade, os libertos que dão vida a essa trama adquiriam sua carta de liberdade trabalhando por um determinado tempo a seus ex-senhores, ou a um familiar deste, outros obtiveram a manumissão em mãos depois de anos amealhando recursos e finalmente pagando por sua liberdade. Alguns (muitos, aliás) conseguiram atravessar a porta estreita da liberdade com a ajuda de parentes que auxiliavam com módicas quantias em dinheiro, aliado ao apoio ofertado para enfrentar as durezas e as mazelas da vida em cativeiro. Outros tantos ganhavam a liberdade sem ônus ou condição, depois de passarem quase uma vida inteira trabalhando para outrem, portanto, de gratuita nada tinha o gosto dessa alforria conquistada. E nos últimos anos derradeiros da instituição escravista, os libertos intensificaram as disputas na arena jurídica do direito de serem senhores de si. A passagem da escravidão para a liberdade foi um processo lento e árduo na vida destes sujeitos. A manumissão nem sempre era garantia absoluta de uma vida com melhores condições (PINTO, 2018, p. 20).

Num esforço em documentar as nuances e aspectos da liberdade gestados por essas mulheres, infelizmente, escapa-nos os pormenores de como foi a travessia atlântica de Joaquina, ou como foi sua juventude até a fase adulta, como vivenciou as gestações, os partos, o pós-parto, a maternidade em si e a sexualidade dessa mulher africana.

Encontramos Joaquina e nossa próxima personagem, pela primeira vez em registros de testamentos e alforrias cartorárias. Essas documentações viabilizam a averiguação de projetos de liberdade e permitem a complexidade das experiências de vida dessas mulheres libertas, as escolhas que, porventura, tiveram de fazer com relação ao destino de sua prole. Percursos individuais e coletivos que nos permitem acompanhar o protagonismo dessas mulheres que, muitas vezes, foram silenciadas pela história devido à sua cor e condição social.

Por sua vez, Catarina teve uma singularidade com as outras mulheres aqui descritas. Ela também pagou por sua liberdade. Contraíu matrimônio, entretanto, não teve filhos. Nossa personagem deve ter sido uma mulher

muito decidida, pois, em várias passagens em que a perseguimos, notamos seu gênio contestador de não aceitar o domínio de outrem na sua vida, afinal, já não era mais escravizada de nenhum senhor. Era dona de si.

Em 14 de maio do ano de 1839, a *mina* Catarina de Jesus Mascarenhas pagou ao seu senhor “a maior parte do seu valor” para se alforriar de João Batista Figueiredo Mascarenhas (Carta concedida em 14/5/1839 e registrada em 17/5/1839. Primeiro Tabelionato da cidade de Rio Grande. Livro 12 fl. 73v. APERS.) Uma vez liberta, Catarina escolheu viver seu cotidiano com seu amásio, o *mina* Fabrício cuidando de suas enfermidades, sendo herdeira universal de seus bens após o falecimento dele em 1862. Dois anos depois, a *mina* Catarina contraiu matrimônio com outro afro-ocidental, o *mina* Estevão Xavier da Rocha, no dia 26 de novembro do ano de 1864, o qual era viúvo da crioula Maria do Carmo (Livro de Casamento de Livres da Catedral São Francisco de Paula, n. 4 (1863-1866), fl. 59v. ACDP). Dezesseis anos mais tarde, Catarina, após o falecimento do *mina* Estevão, contraiu matrimônio com o africano, de nação *mina*, Cosme José Ignacio da Cunha, em 25 de setembro de 1880 (Livro de Casamentos de Livres da Catedral São Francisco de Paula, n. 7 (1878-1883), fl. 47r. ACDP).

Sobre a vida da liberta Catarina, descobrimos, em um processo criminal do ano de 1868, que vivia de aluguéis de imóveis e de escravos, exercendo o ofício de quitandeira. Francisco José Vilhena, nascido em Portugal, morador na Rua Augusta da cidade de Pelotas, onde possuía uma casa de negócios, prestou queixa contra a preta forra Catarina de Jesus Mascarenhas, que, segundo os autos, era casada com o preto livre Estevão Xavier da Rocha (Processo-Crime de número 759. Ano: 1868. Subfundo: I Vara Cível de Pelotas. Apers).

As queixas que o português Francisco José Vilhena fez ao delegado, escritas pelo Escrivão Francisco de Paula Rodrigues Barcelos, eram referentes a insultos e xingamentos proferidos pela afro-ocidental liberta. Chamada a primeira testemunha no caso, Antônio Ferreira das Neves, com 36 anos de idade, sapateiro, morador nesta cidade, natural desta província, relatou após jurar sobre o Santo Evangelho que “estando ele na casa do queixoso no dia do acontecimento”, a ré chegara insultando Francisco com palavras de baixo calão, além de chamá-lo de ladrão, e “nada mais disse”. Todas as testemunhas convocadas relataram o mesmo sobre a *mina* Catarina.

Quando a ré foi inquirida a dar esclarecimentos sobre o ocorrido, relatou que tinha uma escrava crioula, que estava alugada sob o poder do português Francisco, contudo, esse não pagara o aluguel pelos serviços da pequena crioula de propriedade de Catarina. Fato que ocasionou na africana liberta um sentimento de cólera e fúria. Não recebendo o jornal estipulado pelo aluguel de sua escrava, a ré foi, até a casa de negócios do português, protestar pela falta do pagamento, mas nega que o tenha xingado ou proferido palavrões contra a pessoa de Francisco. Mas após ouvir as testemunhas, o juiz decidiu penalizar a africana com um período de seis meses na cadeia da cidade, além de estabelecer uma multa para a liberta pagar. Em uma sociedade machista e patriarcal, os papéis estipulados ou almejados para as mulheres deveriam assumir diversas formas de comportamento: ser uma boa mãe, esposa, recatada, incapaz, e figura ligada à esfera doméstica. Catarina, como uma mulher estrangeira (africana) e egressa da escravidão, rompia todos os padrões vigentes para sua categoria de mulher negra naquele passado. Não levava desaforos para dentro de sua casa e lutava por seus direitos reconhecidos como proprietária e mulher liberta do jugo de outrem. Catarina tinha independência econômica ou relativamente uma independência feminina diante de seus parceiros de vida.

A *mina* Catarina sobreviveu como egressa da escravidão sendo proprietária de imóveis e escravos e como quitandeira. É bem provável que, desde o cativeiro, exercesse o ofício de vendedora de quitutes e verduras pelas ruas de Pelotas. Catarina estava envolvida no pequeno comércio, não sabemos se tinha um posto de venda em algum lugar específico de Pelotas, ou se transitava pelas ruas vendendo de porta em porta.

O casamento no “papel de branco” para Catarina e seu esposo Estevão, eram, sobretudo, conquistas, pois representavam estratégias de uma vida pautada por mais segurança para poder sobreviver como egressos da escravidão no mundo dos livres, além, é claro, do reconhecimento social perante a comunidade negra e livre. A africana Catarina também agenciava negócios da liberdade, emprestando quantias módicas para outros escravizados do mesmo grupo étnico a que pertencia. Caso os libertos em questão não pagassem as dívidas contraídas, seriam reescravizados pela africana *mina* (PINTO, 2018, p. 198-200).

As histórias de liberdade das mulheres africanas abordadas neste artigo

foram gestadas em um contexto em que a alforria era uma prática costumeira, ou seja, um acordo resultante entre *senhor* e escravizado (PINTO, 2018; MOREIRA, 2007; KARASCH, 2000). Nessa sociedade escravista, uma mulher egressa da escravidão e estrangeira (africana) sobreviver, no mundo dos brancos e livres, não era tarefa nada fácil. Catarina e Joaquina constituíram família, adquiriram bens materiais e se tornaram proprietárias de escravizados. O leitor talvez esteja se perguntando o que significava liberdade para essas mulheres das quais lhes contamos, rapidamente, a história? Catarina era quitandeira e alugava seus escravos para outros senhores escravistas. O dinheiro auferido pelo trabalho de Catarina poderia significar não apenas autonomia financeira, mas, além disso, assegurava o caminho e a manutenção da própria liberdade. Pensando a respeito disso, o dinheiro para essas africanas libertas poderia significar a manutenção do próprio *status* de libertas, distanciando-as, cada vez mais, de um passado que as conectava ao cativo.

Quão complexo foi o significado da palavra *liberdade* para essas mulheres. Ao mesmo tempo que eram donas de si, pois seu corpo, como força de trabalho, não pertencia mais ao senhor branco, e a acumulação de bens materiais (moradia própria, escravizados) poderiam pautar um projeto pela construção de liberdade em uma sociedade marcada pelas desigualdades social e racial.

A estratégia de Joaquina – tentar auferir lucros com a vida de liberta para depois comprar a manumissão de suas crianças – não obteve sucesso em vida. Enquanto isso, Catarina (não sabemos os motivos) apostou em outra estratégia de vida: o de não se tornar mãe e de oficializar suas uniões perante os olhos da Igreja Católica. Para Catarina a liberdade deveria ser eivada pela defesa de seus bens materiais que lhe garantissem uma vida mais tranquila (se possível) até o fim de seus dias. A obtenção de liberdade assumia distintos contornos e projetos para as mulheres libertas em uma sociedade escravista. É provável que para Catarina a defesa dos aluguéis cobrados em razão dos atrasos feitos pelo homem branco e pelo português significasse não apenas a defesa de sua autonomia econômica, mas também a reputação dela como proprietária e mulher negra (COWLING, 2018, p. 311).

Para Joaquina a vida em liberdade, além de ter o significado de não estar mais sob as suspeições e desígnios do mando senhorial, poderia ter

o gosto de tentar resgatar as filhas que continuavam escravizadas, que porventura elas poderiam criar seus filhos em liberdade de acordo com seus preceitos e acepções culturais, não permitindo que as futuras gerações de suas famílias passassem pelas sevícias e maus-tratos do cativo. Dessa maneira, essas mulheres iam definindo os contornos da própria liberdade feminina naquela sociedade escravista. Contudo, nem sempre a liberdade era conquistada com êxito (PINTO, 2018), e tampouco as mulheres escravizadas ou libertas conseguiam, de fato ter uma independência financeira, precisando, muitas vezes, do auxílio dos companheiros de vida, seus amásios. Porém, essa ajuda, muitas vezes, era revestida de tons de violência pelos parceiros de infortúnio, pois as mulheres libertas (africanas ou não), além de terem que conviver com o domínio e as sevícias do senhor branco, também sofriam violência de seus parceiros de vida, na vida em cativo, ou em liberdade. Em muitas ocasiões, os projetos de liberdade dessas mulheres esbarravam em um fim trágico, como a morte delas efetuada pelos desígnios da paixão e da loucura. É o que veremos a seguir.

A liberdade interrompida pelo excesso de paixão

Juliana e Joaquim; Sofia e José são personagens de complicadas histórias que se passaram em Pelotas, na segunda metade do século XIX. Peço, aqui, a atenção para a história de mulheres que enfrentaram um cotidiano de luta pela sobrevivência e buscaram formas de se defender da exploração e da subjugação do sistema escravista, além das tão desiguais relações entre homens e mulheres na sociedade de seu tempo. Ser mulher e negra, em uma sociedade escravista, tornou a existência de mulheres muito mais difícil e complexa, pois elas estiveram sempre sujeitas a toda sorte de investidas e intempéries. Essa parte do artigo tem por objetivo discutir relações de gênero e escravidão, tentando pontuar os diferentes papéis dessas mulheres diante da tentativa de terem controle sobre a própria vida.

Não existe uma história única que dê conta de relatar tudo que se passou com essas mulheres que vivenciaram a experiência de escravidão e de liberdade. Ao invés disso, optamos por abordar a história de algumas mulheres – duas escravizadas nascidas no Brasil e que se tornaram libertas, e uma nascida livre na África e transportada à força pelo comércio infame

de seres humanos pelo Atlântico como escrava. Não posso dizer que as histórias aqui abordadas sejam típicas, mas posso frisar que essas histórias permitem vislumbrar singularidades e semelhanças em situações distintas. As particularidades de suas experiências revelam opções que elas identificaram para si ou forjaram enquanto tentavam obter o que queriam, os ganhos que tiveram, os preços que pagaram, as dificuldades que enfrentaram. Pelos vestígios encontrados nos mais variados documentos, foi possível reconstruir parte da vida delas, pois é notório que tenham vivido e partilhado muitas histórias com um leque social muito maior, que infelizmente não descobrimos.

Poderíamos afirmar que essa história narrada teve seu início no ano de 1861, com a abertura de um processo-crime; entretanto, certamente, se trata de uma história muito mais antiga, envolvendo uma trajetória ancorada em sonhos e projetos de construir uma vida em comum. A crioula liberta Juliana foi encontrada morta no interior de sua casa, na cidade de Pelotas, crime cujo principal suspeito era Joaquim. O acusado de assassinato pertencia ao charqueador Domingos Soares Barbosa, tinha 28 anos de idade, era solteiro, africano de nação *mina* e trabalhava nos serviços de charqueada como carneador, todavia não se lembrava, ao certo, o tempo que residia e laborava na propriedade de seu senhor. O delegado perguntou ao réu se ele sabia o motivo pelo qual era acusado e se precisava de algum esclarecimento a esse respeito. Joaquim relatara que sim, iniciando o relato da cena do crime que cometera contra sua companheira de vida, como podemos observar no seguinte trecho do depoimento:

Respondeu que vivendo com uma preta Juliana a quem ele respondente havia forrado e recebendo dela ingratidões, apaixonou-se a ponto de assassinar em novembro do ano passado, e que hoje está arrependido de cometer esse crime devido a sua cabeça (Processo-Crime de número 589, Ano: 1861. Tribunal do Júri. Pelotas. APERS).

Havia boatos de que a preta forrada por Joaquim teria trocado os braços de seu amásio por outro. Movido pelos ciúmes de sua amásia, o escravo Joaquim acabou matando-a com várias facadas, provavelmente o mesmo instrumento cortante que utilizava para carnear o charque nas

safra da charqueada de seu proprietário. Levado pela loucura de sua cabeça ou por ciúmes de seu amor não mais correspondido, Joaquim, depois de cometer o assassinato, seguiu em direção a Rua da Cadeia da cidade, seguido por uma multidão que deve ter presenciado os últimos gemidos da preta Juliana.

Situação semelhante foi vivenciada pelo escravo José, africano, *mina*, que aparentava ter 50 anos de idade, sendo carneador e marinheiro na propriedade de José Antônio Moreira, charqueador na localidade. O crime cometido por José ocorreu em 1869, e respondendo ao inquérito de perguntas, ele mencionou que emprestara 600 mil-réis para a preta Sofia se forrar, todavia ela demorara a devolver a quantia tirada como empréstimo, visto que José também tinha a intenção de comprar sua alforria, tendo falado com seu senhor para lhe dar *permissão* para arranjar meios de acumular pecúlio para tratar de sua liberdade. Relata também que deixara com a preta Sofia a quantia de 400 mil-réis para ela guardar até a volta de sua viagem (Processo-Crime de número 264. Ano: 1869. Tribunal do Júri. Pelotas. APERS). Contudo sempre que José pedia à preta Sofia que lhe entregasse tanto a quantia emprestada para comprar sua liberdade como a sua módica poupança para um projeto de liberdade, Sofia sempre se negava a devolver o dinheiro e lhe dizia: “Vai cuidar de seu cativo.” Cansado das negativas da preta Sofia e ao descobrir que tinha dado seu pecúlio para outra pessoa (seu amante), foi tirar satisfações com a mãe de seus filhos, porém da zanga de Sofia ao tentar agredi-lo com uma faca, o desfecho foi que o escravo José acabou tomando de suas mãos a faca e a atingiu com vários golpes até seu falecimento.

Pelos relatos das testemunhas arroladas, em ambos os processos-crime, é plausível um discurso e uma retórica de criar imagens dessas mulheres que entretinham relações com outros homens, a figura duvidosa de uma mulher infiel. No entanto, outro ponto importante a ser destacado é o de que, especialmente em se tratando da figura de Sofia, mesmo que sua condição de mulher liberta (segundo o depoimento de José foi alforriada por ele) se valeu de uma postura suficientemente livre para tomar decisões sobre seu destino.

É provável que o amasiamento com o africano José tivesse a intenção de angariar um projeto de liberdade para si e seus filhos. Contudo, Sofia (e também Juliana) tinham desejos e anseios de entreter relações com

outros parceiros, e essa escolha indica que elas estavam viabilizando suas vontades sobre sua vida e seu corpo, sendo senhoras de si e de seu corpo. Essas mulheres partilhavam da apropriação de seu corpo, mas não de uma maneira que possamos ver essas mulheres de forma sexualizada, mas a liberdade de fazer o que desejassem com seu corpo.

Tanto Juliana quanto Sofia, como mulheres libertas, queriam tomar decisões quanto aos aspectos da vida pessoal, sem levar em conta a opinião dos homens que desfrutavam de seus doces amores. O objetivo delas, possivelmente, além da alforria e de se tornarem libertas, talvez fosse o de formar uma família com outras pessoas que não aquelas que as auxiliaram no processo de conquista da liberdade. Afinal, eram livres e poderiam decidir o caminho de sua vida. Tarefa nada fácil para mulheres negras sob o domínio da masculinidade de seus afetos corroídos pelo ciúme. A liberdade para elas poderia ser um projeto de constituição de uma união não estável, por exemplo, de terem o domínio de sua vida e autonomia para se relacionarem ao seu bel-prazer.

À guisa de conclusão, Sofia e Juliana, ao optarem por não mais viver um relacionamento com seus respectivos amálios, foram obrigadas a encarar um terrível desfecho para sua vida: a violência pelo assassinato, visto que elas, para Joaquim e José, representavam suas posses, portanto, o direito de ceifar a vida estava nas mãos deles. Todavia, mesmo sob esse interregno de poder e submissão a que estavam submetidas, elas demonstravam sua agência, suas escolhas e negociações, como, por exemplo, desfrutar da proteção de um parceiro para conseguir a carta de liberdade, ou terminar um relacionamento afetivo quando esse não era mais desejado e vantajoso para si, o que, inegavelmente, afrontava a honra masculina. Assim sendo, quando Sofia menciona: “Vá cuidar de seu cativo”, ela estava infringindo um papel de gênero amalgamado para as mulheres de seu tempo, pois ela rompe com o papel atribuído a ela como mãe honrosa e mulher disciplinada. Postulamos que, além de lutar para escapar do cativo e do domínio de seu companheiro, Sofia tinha a “resistência de um mulher jovem contra a autoridade masculina” (GRAHAM, 2005, p. 27). Ela quer escolher livremente com quem queria compartilhar sua vida, mas a honra de Domingos precisou ser posta com sangue pelos golpes de foice, visto que Sofia não foi submissa aos seus desejos.

Considerações finais

A escrita do artigo nos leva a pensar sobre a agência e as escolhas de projetos de mulheres que vivenciaram a escravidão e a liberdade, o que, de fato, seria liberdade para essa categoria social. Neste ínterim, vamos usar um pouco da nossa imaginação para especular o que seria liberdade para essas mulheres que deram vida ao artigo proposto. A escravidão se manteve ao longo do tempo, tendo como carro-chefe o domínio do corpo e do trabalho de mulheres africanas e crioulas. Sob o signo da violência, tentou oprimir o corpo das escravizadas, todavia escravizadas e libertas souberam tecer suas estratégias políticas para se manterem vivas na malha tanto da escravidão quanto da liberdade.

Liberdade para Catarina e Joaquina era conseguir a carta de liberdade, mas só isso não bastava. Era necessário amearhar uma poupança para garantir seu sustento e o de sua família. A escolha de Joaquina de tentar libertar a si antes do que os membros da família que tinha revelam que, nem sempre, a maternidade era posta a frente de tudo e de todos. Tal escolha individual (e coletiva) teve um peso amargo, pois a família construída por essas mulheres tinha um pé na liberdade e outro no cativeiro.

Marcada por contradições e questionamentos, a liberdade era um caminho que escolhiam diante das margens possíveis para essas mulheres. Não bastava ter a carta de liberdade, elas almejavam, também, ser donas de si, do corpo, dos projetos de vida, de escolher com quem dividir afetos e quando deixar de partilhar esse sentimento. Nesse jogo incansável de poder – é claro, não esqueçamos da vulnerabilidade que escravizadas e libertas sofriam naquele passado – elas acionavam suas estratégias e agências rompendo com os padrões do que era ser mulher ou o que se esperava, de fato, delas como mulheres libertas. A liberdade assumia diversos contornos e nuances desde a luta por se manterem libertas e ter autonomia na vida e na atividade econômica que exerciam (no caso de Catarina), já no caso de Juliana e Sofia, essas não se deixaram levar pela submissão de um segundo cativeiro de seus parceiros, não sendo obedientes e *recatadas*, em um papel ideal de mulher, perturbando, dessa maneira, o patriarcado.

Referências

- ARIZA, Marília. *Mães infames, rebentos venturosos*: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX). 2017. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2017.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- COWLING, Camila. *Concebendo a liberdade*: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense: Edusp, 1986.
- FARIAS, Juliana. *Mercados Minas*: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890). Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio, 2015.
- GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades. In: *Os fios e os rastros*: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2008.
- GRAHAM, Sandra. *Caetana diz não*: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HEYWOOD, Linda M. *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e o significado da liberdade de trabalho no século XIX. *Revista Topoi*, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul./dez. 2005.
- MACHADO, Maria Helena P. T. Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto, GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 199-213.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem*: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre – 1858-1888. Porto Alegre, EST, 2003.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt.

Lealdades compartilhadas: alforrias, etnicidades e família na sociedade escravista meridional (Porto Alegre – 1748-1888). *Revista História Unisinos*, São Leopoldo, 2007.

MÜLLER, Dalila. *Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2010.

PINTO, Natália Garcia. *Gerações de senzala, gerações de liberdade: experiências de liberdade em Pelotas-RS, 1850-1888*. 2018. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2018.

REIS, João José. *Domingos Sodré: um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCOTT, Joana. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

TELLES, Lorena. *Teresa benguela e Felipa crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2018.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre as elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.